

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SULZELI MARTINS FAVALESSA

**ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS: GERENCIAMENTO DE
RESÍDUOS INDUSTRIAIS EM CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DO
MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO

Cacoal – RO
2013

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SULZELI MARTINS FAVALESSA

**ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS: GERENCIAMENTO DE
RESÍDUOS INDUSTRIAIS EM CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DO
MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da professora Mestre Andréia Duarte Aleixo.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Estratégias socioambientais: gerenciamento de resíduos industriais em concessionária de veículos do Município de Cacoal-RO”, elaborado pela acadêmica Sulzéli Martins Favalessa, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Profª. Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Presidente

Prof. Ms. Evimael Alves Teixeira
Membro

Profª. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato
Membro

Média

Em primeiro lugar, agradeço ao Deus Eterno, que me concedeu vida e a oportunidade de realizar este sonho.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e me animaram nos momentos em que pensei não conseguir concluir essa jornada.

À minha orientadora, sempre exigente e atenciosa, que com sua experiência deu-me um rumo certo. Assim como todos os professores, sábios mestres, que colaboraram com o meu sucesso hoje.

ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS EM CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.

Sulzeli Martins Favalessa¹

RESUMO

São diversos os impactos decorrentes da ação do homem e das empresas na natureza. Nas últimas décadas esse quadro de poluição tem mudado, pois as responsabilidades para com o meio ambiente têm tomado dimensão coletiva, impulsionando as empresas a se posicionarem em face de tais questões. Um dos fatores que contribuem para que as empresas alcancem essa imagem ambientalmente positiva está ligado à disposição final dos resíduos gerados em sua cadeia produtiva, pois em alguns tipos de empresas, esses resíduos podem ser altamente poluentes e prejudiciais ao meio ambiente. As empresas do setor automobilístico, por se tratarem de geradoras de resíduos estão sujeitas a legislação vigente quanto à destinação correta de resíduos, operando com mais responsabilidade ambiental. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar em concessionária de veículos do município de Cacoal – RO, os resíduos gerados, sua destinação e as estratégias socioambientais de gerenciamento desses resíduos. A pesquisa é de natureza qualitativa com abordagem exploratória e descritiva. Os dados foram coletados por meio de pesquisa de campo, em entrevistas com questionários semi-estruturados, que ocorreram no período de novembro de 2012 a janeiro de 2013. Os resultados evidenciaram que o gerenciamento de resíduos sólidos é terceirizado para empresa localizada no município de Vilhena – RO e, os resíduos líquidos não são gerenciados, ou seja, a destinação é feita incorretamente pela concessionária, deixando evidente que ainda falta conhecimento por parte dos gestores quanto à destinação correta de resíduos e que a fiscalização dos órgãos competentes não é eficiente quanto deveria.

Palavras-chave: Estratégias. Resíduos industriais. Gestão Socioambiental. Meio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Os assuntos relacionados à preservação ambiental estão em foco nas últimas décadas, pois com a modernização o homem trouxe consigo o poder de modificar drasticamente a natureza. Com a industrialização, houve o aumento desenfreado do consumo de recursos naturais, havendo assim a problemática quanto aos recursos renováveis e não renováveis. Além dos problemas relacionados ao consumo e o esgotamento dos recursos naturais, surge no meio industrial os materiais processados que após o uso necessário devem ser descartados

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Mestre Andréia Duarte Aleixo.

em forma de lixo ou resíduo, trazendo assim, mais uma preocupação quanto ao meio ambiente.

O descarte incorreto de determinados resíduos pode causar sérios impactos ao meio ambiente, vindo a comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. Um dos desafios das empresas é gerar a menor quantidade possível de resíduos, bem como proceder de forma correta no momento de descarte desses materiais, reduzindo os impactos negativos ao meio ambiente. As empresas procuram transmitir à sua cadeia produtiva a melhor imagem institucional e, uma das formas encontradas para a construção de uma boa imagem no mercado tem sido por meio de um bom sistema de gerenciamento de resíduos, no qual as empresas tentam transmitir a responsabilidade empregada na preservação do meio ambiente.

Segundo Dias (2011) e Tachizawa (2011) a contaminação do meio ambiente pelas indústrias teve início com a revolução industrial no século XIX e, esse problema cresceu significativamente, causando inúmeras catástrofes ambientais que tiveram repercussão mundial. Diante de tais problemas, a questão ambiental não está voltada apenas para a legislação. Já existe uma grande consciência por parte dos empresários para a melhoria da qualidade do ambiente, e essa conscientização por parte das organizações deve continuar de forma permanente e definitiva.

As empresas do setor automobilístico por serem geradores de resíduos poluidores, também devem buscar adequação às normas e procedimentos vigentes quanto ao descarte correto, pois essas organizações buscam maior produtividade com o menor custo possível. Contudo, na busca da otimização da produtividade pode-se impactar nas questões ambientais, como a geração de uma quantidade maior de resíduos, sendo que muitas vezes os administradores não estão preocupados com o descarte correto de tais resíduos (HOFF, 2008).

Quando a empresa deixa de fazer o descarte correto de seus resíduos, automaticamente estará prejudicando não só a imagem da empresa, mas também o meio ambiente. Diante do exposto pergunta-se: quais os resíduos gerados e as estratégias socioambientais utilizadas no gerenciamento desses resíduos em concessionária de veículos do município de Cacoal- RO?

Assim, o objetivo do presente artigo consistiu em identificar em concessionária de veículos do município de Cacoal- RO, os resíduos gerados, sua destinação e as estratégias socioambientais de gerenciamento desses resíduos.

Esta pesquisa se faz relevante no sentido de averiguar quais as estratégias que a empresa pesquisada tem adotado para gerenciar os resíduos gerados no processo produtivo. Por ser uma empresa geradora de resíduos altamente poluentes, se faz relevante verificar se a

concessionária pratica o gerenciamento dos resíduos gerados e se estão sendo destinados corretamente, pois, quando não destinados corretamente, esses resíduos podem causar grandes impactos ao meio ambiente e a imagem institucional da empresa. O artigo também se justifica por se tratar de um assunto que tem causado grandes discussões na sociedade devido à necessidade de preservação do meio ambiente para as gerações futuras, vindo a despertar no meio acadêmico forte interesse para pesquisa de cunho ambiental, social e científico.

A pesquisa foi realizada em uma concessionária de veículos do município de Cacoal/RO e em uma empresa que oferece serviços de soluções ambientais localizada no município de Vilhena/RO.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão apresentados os conceitos que servem para embasar o desenvolvimento deste artigo, para tanto, serão abordados alguns aspectos considerados fundamentais para a compreensão desta questão como: O meio ambiente e as empresas, as estratégias socioambientais e o marketing verde, tipos de resíduos, gerenciamento de resíduos, as normas ISO e a o setor automotivo no Brasil voltado para a sustentabilidade.

2.1 MEIO AMBIENTE E AS EMPRESAS

A Revolução Industrial, o desenvolvimento econômico e tecnológico gerou grandes transformações na sociedade, com amplos reflexos no meio ambiente. O aumento da população, associado a uma grande capacidade de intervenção do homem no ambiente, promove à degradação dos recursos naturais, ocasionando riscos para todos os seres vivos e até mesmo para a própria vida humana. Diante deste contexto, surge o conceito do desenvolvimento sustentável como uma forma de conciliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, ao uso racional dos recursos naturais (SANTOS; ANDREOLI; SILVA, 2012).

Segundo a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1988), o desenvolvimento sustentável está atrelado à capacidade de satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

Para que exista o desenvolvimento sustentável, Mendes (2008) ressalta que se faz necessário alguns aspectos importantes:

- a) A satisfação das principais necessidades da população como: educação, saúde, alimentação, moradia, etc.;
- b) A preocupação com as gerações futuras, para que elas possam ter chance de viver com a preservação do meio ambiente;
- c) Conscientização da sociedade na preservação do meio ambiente;
- d) A preservação dos recursos naturais como: água, oxigênio, etc.;
- e) A elaboração de projetos sociais que visem à garantia de emprego, segurança social e respeito a outras culturas em busca da erradicação da miséria, do preconceito e das populações oprimidas;
- f) A implantação de políticas públicas com a preocupação da consciência ambiental e preservação do meio ambiente.

No entanto, para que os princípios do desenvolvimento sustentável possam ser colocados em prática, a sociedade em geral tem se organizado em defesa das questões ambientais e sociais, cobrando, principalmente, das empresas uma postura correta em relação ao meio ambiente. Portanto, Dias (2011) ressalta que ficou no passado a ideia de que as questões ambientais era assunto exclusivo dos profissionais do meio ambiente, atualmente essa preocupação tomou dimensão coletiva, partindo de algumas empresas, governos, instituições não governamentais e sociedade, observando-se que os efeitos causados pela degradação do meio ambiente atingem toda a existência do planeta.

E, para poder suprir essas exigências, as organizações passaram a adotar formas de avaliar e controlar os riscos e os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente, buscando a adequação à legislação e às normas vigentes, adotando procedimentos comportamentais capazes de responder aos anseios da sociedade (SANTOS; ANDREOLI; SILVA, 2012). Está crescendo o número de empresas que estão agregando a questão ambiental em seus modelos de gestão, por notarem que podem ter economia e vantagens competitivas com essa atitude (SANTOS, 2003).

Para Seiffert (2011) é por meio da implantação do sistema de gestão ambiental que a empresa conseguirá estabelecer um método de gerenciamento que proporcione à melhoria contínua dos resultados e promova o desenvolvimento sustentável. A sobrevivência da organização está profundamente ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável, pois a sociedade não mais admite a degradação do meio ambiente por parte das empresas.

Segundo Dias (2011) existem diversos fatores que induzem uma empresa a diminuir a contaminação, podendo destacar alguns:

- a) **O Estado:** tem o papel de regulador formal, ou seja, a legislação ambiental ao lado das instituições ambientais e as atividades de controle de contaminação realizadas por estas em todos os níveis, limitam a liberdade da empresa de contaminar. A regulação formal pode ser classificada em dois grupos: pelo primeiro método, o governo estabelece regulamentação quanto ao uso dos recursos ambientais e passa a fiscalizar se as mesmas estão sendo cumpridas, vindo a punir os eventuais infratores. Assim cabe a empresa analisar o que lhe é mais viável financeiramente, se contaminar e pagar multas ou abater dos custos o valor necessário para a não contaminação. No segundo método, por meio de instrumentos econômicos, os valores dos bens ambientais, devem ser o mais correto possível, de acordo com os valores imputados pela sociedade, de forma que possa ser cobrado adequadamente pelo uso desses bens, direta ou indiretamente, através de taxas, subsídios e outros. A empresa decide, por exemplo, se prefere contaminar e pagar a taxa ou descontaminar e incidir nos custos para reduzir a emissão de contaminantes.
- b) **A comunidade local:** os chamados reguladores informais, onde estão inseridas as empresas. Desempenham cada dia mais um papel importante quanto aos problemas de contaminação, pois são os primeiros prejudicados com a poluição, trazendo assim respostas mais rápida ao problema. Neste sentido, já é cada vez maior o número de pessoas informadas quanto aos processos produtivos e de contaminação envolvida (comunidade técnico – científico, intelectuais, educadores, jornalistas, entre outros) que descobrem formas legais de exigir dos governos ou empresas o cumprimento de suas responsabilidades ambientais;
- c) **O mercado:** as empresas operam em diferentes mercados, que podem ser local, regional, nacional ou global. A consciência ambiental está crescendo cada dia mais, e varia de acordo com o mercado. O consumo de produtos ecológicos são maiores nos países desenvolvidos ou nas regiões mais desenvolvidas de um determinado país; isso influencia diretamente no nome da empresa, quanto a ser ou não uma benfeitora do meio ambiente;
- d) **Os Fornecedores:** há uma grande quantidade de empresas que são fornecedores de outras empresas que precisam de um bom desempenho ambiental em sua cadeia produtiva, o que as obrigam a exigir de seus fornecedores uma maior responsabilidade social e ambiental, muitas vezes até com exigência de certificações e licenças. Neste

sentido, mesmo que a empresa não sofra pressões do estado ou da comunidade, ela se vê pressionada a adotar ações ambientais que não contaminem, quando possuem cliente que exigem uma cadeia produtiva ambientalmente responsável.

Neste sentido, a evolução das atitudes das empresas tem se fortificado, causando mudanças comportamentais, na qual passaram a incorporar em seus processos de tomadas de decisões, as variáveis ambientais. Essas empresas passaram de empresas tradicionais para empresas chamadas verdes, ou seja, ambientalmente empenhadas para com seus clientes e fornecedores, manifestando uma visão que vem se solidificando nas últimas décadas (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2009).

2.2 ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS E O *MARKETING* VERDE

As estratégias socioambientais são consideradas oportunidades para as organizações alcançarem a excelência e a diferenciação, pois através da análise da concorrência as organizações buscam aperfeiçoamento de sua gestão e atuam de forma positiva junto à sociedade (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008). A empresa pode utilizar várias estratégias socioambientais para melhorar sua vantagem competitiva, ou seja, a qualidade do ambiente de negócios a qual a empresa atua.

No entanto, as práticas ambientais podem se tornar fontes geradoras de vantagem competitiva, por meio de estratégia de diferenciação. Assim, as estratégias assumidas por líderes que vêem seus negócios sob a ótica socioambiental revelam um novo tipo de vantagem competitiva sustentável, pois desenvolvem uma ligação mais profunda com os *stakeholders*², reduzem custos e riscos, além do valor intangível da marca, tornam-se continuamente competitivas e inovadoras, com o objetivo de atender as necessidades dos clientes, conquistando assim, a sua lealdade (ESTY; WINSTON, 2008).

Segundo o Instituto ETHOS e o Instituto AKATU (2010), o consumo consciente vêm assumindo posições de destaque nos discursos dos consumidores e das empresas. As pesquisas demonstram que os consumidores criam uma expectativa com relação ao papel socioambiental a ser desenvolvido pelas empresas, acreditando que sua responsabilidade deve

²“Termo em inglês utilizado para identificar as partes interessadas, ou seja, qualquer indivíduo ou grupo que possa influenciar o negócio, por meio de suas opiniões ou ações, ou ser por ele afetado: público interno, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, acionistas, [...]” (INSTITUTO ETHOS, 2005).

ir além dos limites impostos pela legislação vigente, e que a empresa deve direcionar o foco dos benefícios de suas ações para a sociedade e não somente na própria empresa.

Neste sentido a preocupação com o meio ambiente tem feito surgir um novo desafio aos gestores quanto às questões ambientais, dentre os quais se destacam o aquecimento global, efeito estufa, poluição, enchentes, contaminação do solo, dentre outros, já presentes no dia a dia das organizações. Essa nova visão tem apertado essas empresas a buscar ações e soluções socialmente corretas, ambientalmente responsável e financeiramente viáveis (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

Nota-se, que as empresas estão descobrindo que a consciência ambiental não é apenas necessária, mas também lucrativa. Em diversas empresas, essa consciência inclui o *marketing* ambiental, ou seja, atividades de *marketing* destinadas a minimizar os efeitos negativos sobre o ambiente físico ou melhorar sua qualidade, satisfazendo os desejos e necessidades dos clientes (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Segundo Gonzaga (2005), o *marketing* verde é considerado um conjunto das atividades para produzir e facilitar a negociação dos produtos ou serviços com a finalidade de satisfazer necessidades e desejos humanos, porém ocasionando o mínimo possível de impacto ao meio ambiente, e está baseado no pressuposto de que os consumidores almejam um meio ambiente mais limpo e estão dispostos a pagar por isso.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) acrescentam, ainda, que existem vários motivos para as organizações adotarem um programa de *marketing* ambiental, como, por exemplo:

- a) Os *stakeholders* sentem-se melhor por estarem ligados a uma organização socioambientalmente responsável;
- b) Processos ineficientes provocam poluição, além de aproveitamento inadequado dos insumos. Assim, a empresa poderá obter a redução de custos pela eliminação dos desperdícios;
- c) Existe maior facilidade no alcance de recursos de bancos e de organizações de fomento ao desenvolvimento como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, os quais oferecem linhas de crédito para projetos que visam a diminuir os impactos da produção sobre o meio ambiente;
- d) Estão cada vez mais sendo utilizadas leis para punir as práticas das empresas que causam impactos socioambientais significativos. A legislação brasileira esta se tornando cada vez mais rigorosa na busca pelo “impacto socioambiental zero”.

Para adotar as práticas do *marketing* verde, as organizações devem estar preparadas para definirem-se como associadas à natureza, assumir a missão de criar riquezas enquanto ajudam a originar mudanças sociais, como: obter lucros e cooperar com o bem-estar da sociedade (GONZAGA, 2005).

Sabe-se que para construir a imagem de uma organização como socioambientalmente responsável é algo difícil e demorado. Além disso, a organização deve adotar um comportamento proativo, ou seja, além de estar sempre buscando as melhores práticas, deve comunicar suas ações de forma clara e acessível, pois as expectativas da sociedade quanto ao respeito ao meio ambiente estão em constante evolução e, os objetivos das organizações devem acompanhar essa evolução (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Percebe-se, que a responsabilidade socioambiental surgiu no meio empresarial para ser administrada em longo prazo, sendo fundamental para a empresa, pois com o nível de competitividade existente no mercado atual, é possível que o cliente encontre dificuldades em escolher entre um produto ou outro, podendo assim optar pelo produto em que a empresa tenha respeitabilidade em se tratando das questões sociais que estão diretamente relacionadas com o seu bem-estar (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

2.3 TIPOS DE RESÍDUOS

Durante os processos produtivos, as empresas geram diversos resíduos, sendo eles, resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, nas quais podem ser poluentes para a água, o solo e o ar.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT por meio da Norma brasileira - NBR 10.004 (2004) define que: resíduos sólidos são resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que provém de atividades de origem, industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Incluem-se nesta definição, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, assim como determinados líquidos cujas particularidades inviabilizam seu descarte na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou precisam para isso, soluções técnicas e financeiramente inviáveis por conta de melhor tecnologia disponível.

Segundo Langanke (2013, p. 01), “resíduos líquidos são aqueles materiais não aproveitados que se encontram no estado líquido”. A norma brasileira – NBR 9800/1987, define que efluente líquido industrial é o descarte líquido proveniente das atividades

industriais, comportando emanções de processos industriais, água de refrigeração poluída, águas pluviais contaminadas e esgoto doméstico.

Os resíduos gasosos são gases ou partículas que podem alterar a composição natural do ar atmosférico, podendo causar danos a saúde dos seres vivos (PEREIRA, 2013).

Os resíduos podem ser gerados no dia a dia das atividades domésticas ou durante os processos produtivos das empresas. Segundo Mano, Pacheco e Bonelli (2010), os resíduos podem ser definidos de acordo com o processo ou atividade que lhe deu origem e também quanto à composição química.

A classificação dos resíduos quanto à composição química, segundo Mano, Pacheco e Bonelli (2010) compõem-se de:

- a) **Resíduos orgânicos:** composto por papel, jornais, revistas, plásticos, embalagens, borracha, pneus, luvas, remédios, restos de alimentos, restos de colheita. O chamado lixo orgânico tem origem animal ou vegetal, se não for destinado corretamente, pode se tornar muito poluente para o solo, às águas e ao ar;
- b) **Resíduos inorgânicos:** composto por metais, vidros, cerâmicas, areia, pedras etc. Esses resíduos se não passarem por tratamento correto, demoram muito tempo para decomposição. Devido a esses problemas, muitos produtos industrializados nos dias atuais são biodegradáveis;
- c) **Lixo tóxico:** o Lixo nuclear e hospitalar também entra nesta categoria, que são resíduos que precisam receber tratamento específico, antes da disposição final, evitando causar danos ao meio ambiente e a saúde das pessoas. O lixo nuclear deverá ser isolado, enquanto lixo hospitalar deverá ser incinerado;

Quanto à origem, os resíduos podem ser classificados em (BRASIL, Lei 12.305/2010):

- a) **Resíduos domiciliares:** originado de atividades domésticas ou residências urbanas;
- b) **Resíduos de limpeza urbana:** originários da varrição e outros serviços de limpeza urbana;
- c) **Resíduos comerciais:** originados de atividades comerciais;
- d) **Resíduos industriais:** gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- e) **Resíduos de serviços de saúde:** gerados nos serviços de saúde;

- f) **Resíduos de construção civil:** gerados nas construções, reformas, reparos e demolições;
- g) **Resíduos Agrossilvopastoris:** gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais;
- h) **Resíduos dos serviços de transportes:** originários de portos, aeroportos etc.;
- i) **Resíduos de mineração:** os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

No que se refere à classificação dos resíduos quanto à periculosidade, a NBR 10.004 (2004), define de acordo com a tabela 1:

Tabela 1 - Classificação dos resíduos

Classificação	Definição	Resíduos
CLASSE I – Perigosos	Apresentam periculosidade ou, inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade.	Lixo hospitalar, produtos químicos de indústria, óleos, pilhas, baterias, pesticidas e outros.
CLASSE II – Não perigosos II-A - Não Inertes	Apresentam combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água.	Restos de alimentos, papel, palha de aço, latas e outros.
CLASSE II – Não Perigosos II-B – Inertes	Não se degradam ou não se decompõem quando disposto no solo ou se degradam muito lentamente e muitos são recicláveis.	Tijolos, plásticos, borracha, entulhos de demolição, pedras de escavação e outros.

Fonte: NBR 10.004/2004

Podem-se destacar alguns dos materiais que compõem os resíduos urbanos que também são considerados perigosos, que devem receber destinação específica: materiais para pintura (tintas, vernizes etc.), produtos para jardinagem e tratamento de animais (repelentes, inseticidas etc.), produtos para motores (óleos lubrificantes, fluidos de freio e transmissão, baterias etc.) e outros itens (pilhas, lâmpadas etc.) (MANO; PACHECO; BONELLI, 2010).

2.3.1 Gerenciamento de resíduos

Na década de 90 houve um avanço nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, principalmente sobre as constatações de que os recursos naturais do planeta

estarão escassos para atenderem a demanda crescente de produção e consumo. Neste sentido, surge um novo desafio as empresas quanto à produção, na qual em meio às preocupações com o resultado econômico, também se faz necessário agregar a responsabilidade e os impactos ambientais, produzindo mais com o mínimo de recursos possível (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

Segundo Dias (2011) no processo de produção existem algumas ineficiências internas que, conseqüentemente, geram resíduos que originam custos ambientais ou externalidades não absorvidos e jogados ao ambiente em forma de contaminação. Assim, para um melhor gerenciamento de resíduos gerados na produção, as organizações passaram a adotar a gestão ambiental, evitando assim, na medida do possível, problemas com o meio ambiente. No entanto, esta gestão é orientada pelas normas que são elaboradas pelos órgãos públicos (prefeituras, governo estadual e federal) quanto ao meio ambiente. Elas determinam a quantidade que pode ser emitidas de substâncias poluentes, decidem em que condições os resíduos serão descartados etc. (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

Em resposta as normas e às críticas da sociedade quanto às atividades que tem efeitos negativos no meio ambiente, as empresas apresentam dois tipos de atitudes conforme Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009):

- a) **Política ambiental reativa:** possui métodos corretivos, onde as mesmas eliminam ou reduzem os impactos causados por suas atividades;
- b) **Política ambiental proativa:** possui métodos preventivos, onde as mesmas realizam um planejamento prévio, calculando os possíveis efeitos ambientais e se antecipam para a não ocorrência dos impactos.

Algumas empresas têm buscado soluções fáceis e inacabadas, preferindo trabalhar com a compensação dos impactos causados, separando-se das políticas que trabalham junto ao processo produtivo. Essas práticas compensatórias e reparadoras são relevantes, mas não suficientes. A geração de resíduos no meio ambiente é consequência de alguma operação ou atividade humana. O uso de algumas técnicas no final do processo produtivo e atividade de prevenção ao longo desse processo são alternativos para a gestão (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

No entanto, a maior problemática enfrentada pelas empresas gira em torno da destinação correta dos resíduos/lixo, pois a sociedade está cada dia consumindo mais, e conseqüentemente, aumentando assim a produção desses resíduos. A modernização das indústrias e os novos hábitos da sociedade, fez com que nascessem as embalagens descartáveis (MANO; PACHECO; BONELLI, 2010).

Existem vários procedimentos para a correta destinação dos resíduos, obedecendo às normas vigentes quanto ao descarte de forma ambientalmente seguro, não podendo deixar de mencionar a utilização de tecnologias de acordo com a realidade local. Pode-se utilizar a filosofia dos 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) para chegar a um resultado satisfatório. Entretanto, a consciência por parte de todos os envolvidos, seja na produção ou no consumo é de suma importância. Pois se todos fizerem sua parte, analisando cada processo é possível diminuir ao máximo esse problema existente. A teoria dos 3Rs é um princípio básico que pode ser utilizado por todos (MANO; PACHECO; BONELLI, 2010).

Os resíduos sólidos possuem várias classificações e disposições (MOURA; PAZ, 2012; MANO; PACHECO; BONELLI, 2010) destacando-se:

- a) **Aterros sanitários:** considerado uma das opções mais práticas e baratas, para destinação de resíduos urbanos e industriais, inclusive resíduos que podem ser reciclados. Demandam grande área para o depósito do lixo. Nesse modo são evitados danos e riscos a saúde pública e à segurança, diminuindo impactos ambientais, pois diminuem odores, evita incêndios, não deixa proliferar insetos e roedores e após a utilização máxima, pode passar por um tratamento para descontaminação;
- b) **Lixões:** forma inadequada de disposição dos resíduos, pois são jogados no solo a céu aberto sem nenhum tipo de tratamento e proteção ao meio ambiente e saúde. Esse tipo de descarte provoca a proliferação de vetores de doenças (insetos), maus odores e principalmente poluição do solo e águas superficiais e subterrâneas pelo chorume (líquido preto, formado em decorrência da fermentação e da exposição dos refugos orgânicos às intempéries);
- c) **Incineração:** consiste na queima dos resíduos em fornos ou usinas adequadas, é um procedimento que reduz cerca de 98% o volume dos resíduos iniciais e, é considerado interessante pois eliminam microrganismos que compõem o lixo hospitalar e industrial;
- d) **Compostagem:** é um tratamento aeróbico, através do qual a matéria orgânica é transformada em adubo ou composto orgânico;
- e) **Biogásificação:** é um tratamento por decomposição anaeróbica que gera biogás, composto por cerca de 50% de metano, que pode ser utilizado como combustível;
- f) **Reciclagem:** encontra-se após diversas atividades (coleta, separação e processamento), onde materiais considerados sem valor são utilizados como matéria prima na manufatura de produtos que antes eram confeccionados com matéria prima

virgem. Esse reaproveitamento dos resíduos deve ser técnico, financeiramente viável, higienicamente utilizável e as características do resíduo deverão ser respeitadas.

De acordo com o Decreto nº 7.903, de 01 de julho de 1997, as empresas que possuem índice poluidor no Estado de Rondônia contam com um norteamento quanto ao gerenciamento de resíduos, pois o mesmo estabelece por meio do Art. 97, que todas as entidades licenciadas para instalação, antes do início de suas atividades deverão ter também a Licença de Operação, que tem por objetivo confirmar se o sistema de gerenciamento de resíduos proposto pela entidade e aceito pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM foram efetivamente implantados e testar o funcionamento do sistema de tratamento de resíduos (RONDÔNIA, DECRETO, N. 7.903/1997).

Ferreira (2009) destaca que o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos deve ser incorporado dentro da empresa de forma responsável, obedecendo todo o processo necessário, que vem desde a coleta, transporte e tratamento. A empresa terá uma gestão socioambiental eficiente, a partir do momento em que distinguir que é mais benéfico à empresa, adotar princípios para a não poluição, do que ter que despoluir posteriormente, pois são diversos os resíduos prejudiciais a saúde e a vida humana na terra, como mencionado.

Um dos instrumentos que auxiliam e norteiam as empresas quanto à destinação de resíduos, são as leis, normas e resoluções ambientais, dentre as quais é possível citar algumas. Essas leis e normas criam a obrigatoriedade, possibilitando assim a criação de modelos de gestões ambientais no meio empresarial, para a preservação e descontaminação do meio ambiente.

De acordo com a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nº 31 de 2009, Art 2º:

São obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades potencialmente poluidoras ou utilizadores de Recursos Ambientais as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, bem como de produtos e subprodutos da fauna e flora, e demais atividades passíveis de controle pelo IBAMA e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Um dos resíduos que tem alto índice poluidor e gera preocupação quanto ao gerenciamento correto é o óleo lubrificante, devido à grande quantidade de veículos existentes na sociedade. No momento da troca de óleo são gerados os seguintes resíduos: óleo lubrificado usado e contaminado, embalagens contaminadas, filtros usados e contaminados e estopas contaminadas com óleo. O óleo lubrificante não se dissolve na água, não é biodegradável, é capaz de devastar tanto a água quanto o solo, espalhando substâncias tóxicas

que poderão ser ingeridas pelos seres humanos direta ou indiretamente. O óleo lubrificante retira o oxigênio dissolvido da água, impossibilitando a renovação da vida aquática, deixando de haver a troca de oxigênio com a atmosfera. Derramado no solo, o óleo lubrificante aniquila o húmus vegetal, tornando o solo estéril (ALMEIDA; FERREIRA, 2013).

Segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, nº 362, de 23 de junho de 2005, todo óleo lubrificante usado deveser ser coletado e ter destinação final de modo que não prejudique o meio ambiente, o mesmo deverá ser destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, por empresa licenciada para tal procedimento.

É possível observar que o gerenciamento de resíduos é uma tarefa possível, desde que haja a consciência necessária por parte das empresas. A obrigatoriedade (Leis ambientais) existe, possibilitando as empresas de tomarem-nas como guia para adotar os procedimentos adequados para cada ramo de atividade.

2.4 NORMAS ISO

Na década de 90, o *Strategic Advisory Group on Environment* (SAGE) da Organização Internacional de Normalização (ISO), criou o comitê técnico ISO/TC-207 para criar normas e guias quanto ao sistema de gestão ambiental e ferramentas gerenciais direcionadas as questões ambientais. Em 1993, o conselho da ISO aprovou a criação do TC-207, iniciando os trabalhos de elaboração da nova ISO série 14000. A partir das normas ISO 14000, surgem à implantação do sistema de gestão ambiental certificado (14001), que foi o principal responsável para o desenvolvimento industrial sustentável. A série 14000 orienta os princípios e fins da produção mais limpa, buscando a prevenção da geração de resíduos e tudo quanto está relacionado ao processo produtivo, desde produto, embalagens, manejo de lixo, relação com os clientes, políticas da empresa etc. (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

Para Seiffert (2011) e Dias (2011), as normas ISO 14000 visam ampliar uma abordagem dentro da organização que objetive a uma gestão ambiental eficaz. Essa família de normas foi consequência de um processo que foi evoluindo com o decorrer de diversos fóruns de discussões a respeito dos problemas ambientais e, que tentava encontrar soluções para o ambiente produtivo. No Brasil, a única representante da ISO é a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

Na família das normas NBR ISO 14000, também fazem parte (SEIFFERT, 2011):

- ✓ ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – Especificações para implantação e guia;
- ✓ ISO 14004 – Sistema de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais;
- ✓ ISO 14010 – Guias para auditoria Ambiental – Diretrizes gerais;
- ✓ ISO 14011 – Diretrizes para Auditoria Ambiental e Procedimentos para Auditorias;
- ✓ ISO 14012 – Diretrizes para Auditoria Ambiental – Critérios de Qualificação;
- ✓ ISO 14020 – Rotulagem Ambiental – Princípio Básicos;
- ✓ ISO 14021 – Rotulagem Ambiental – Termos e Definições;
- ✓ ISO 14022 – Simbologia para Rótulos;
- ✓ ISO 14023 – Rotulagem Ambiental – Testes e Metodologias de verificação;
- ✓ ISO 14024 – Rotulagem Ambiental – Guia para Certificações com Base em Análise Multicriterial;
- ✓ ISO 14031 – Avaliação da Performance Ambiental;
- ✓ ISO 14032 – Avaliação da Performance Ambiental dos Sistemas de Operadores;
- ✓ ISO 14040 – Análise do Ciclo de Vida – Princípios Gerais;
- ✓ ISO 14041 – Análise do Ciclo de Vida – Inventário;
- ✓ ISO 14042 – Análise do Ciclo de Vida – Análise dos Impactos;
- ✓ ISO 14043 – Análise do Ciclo de Vida – Migração dos Impactos.

Dentre as normas ambientais da família ISO 14000, a principal é a ISO 14001, que determina as condições necessárias para a implantação do sistema de gestão ambiental. Tem como foco guiar a empresa dentro de uma SGA certificável, estruturado e agregado a atividade geral da organização.

A norma ISO 14001 foi publicada pela Organização internacional para padronização - ISO em outubro de 1996, a qual estabelece critérios para o desenvolvimento da gestão ambiental, delineia um quadro que a empresa pode seguir para alcançar eficácia no sistema de gestão ambiental. A mesma pode ser implantada por qualquer tipo de organização, independentemente do tipo de atividade desenvolvida, pois a mesma permite implementar, manter e aprimorar a gestão da empresa. Pose-se mencionar os seguintes benefícios de utilizar as normas ISO 14001: redução de custos na gestão de resíduos, economia no consumo de energia e materiais, menores custos de distribuição e a empresa melhora a imagem perante os reguladores, clientes e público (ISO, 2012; ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2009).

A ISO 14001, conhecida no Brasil como NBR ISO 14001- Sistema de Gestão Ambiental é a única da série que acomoda certificação para as empresas que segue a risca os

procedimentos ambientais propostos pela organização internacional. Ao criar a padronização para a gestão ambiental, a ISO busca ajudar as organizações, direcionando-as rumo à sustentabilidade. A norma ISO não busca status de lei, pois a mesma acredita que o que deve preponderar é a legislação ambiental local (PEARSON, 2011).

De acordo com a Organização internacional para padronização - ISO (2012) os benefícios das normas internacionais ISO visam garantir que os produtos e serviços são seguros, confiáveis e de boa qualidade. No entanto, para as empresas, elas são ferramentas estratégicas que reduzam os custos através da minimização de resíduos e erros e aumentando a produtividade. As normas ISO ajudam as empresas a ascender a novos mercados, nivelar o campo para os países em desenvolvimento e facilitar o livre e justo comércio global.

2.5 SETOR AUTOMOTIVO NO BRASIL E A SUSTENTABILIDADE

Com a instalação das montadoras automotivas no Brasil, fez-se aquecer o mercado de autopeças nacionais, com contratos em longo prazo para substituição de peças dos automóveis importados (SENHORAS; DIAS, 2011). Onde o principal agente dominante da cadeia produtiva automotiva é a montadora, pois é ela que determina diversas das diretrizes e políticas, que deveriam ser acompanhadas pelos *Stakeholders* de sua cadeia. Esse poder de determinar das montadoras, sobre a sua cadeia, está relacionado com a grande competitividade que sofre esse setor e pela busca de legitimidade social diante das demais organizações e dos clientes. As indústrias que fornecem os insumos para a cadeia automotiva, em sua gestão socioambiental, têm que respeitar a legislação, buscando aumentar a sustentabilidade produtiva em longo prazo (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

De acordo com Vilas (2009), os veículos são potencialmente poluidores, pois além da emissão de gases poluentes, conforme informação das concessionárias, um veículo de pequeno porte, em média gera 12 litros de óleo usado, 5 kg de resíduos como estopa, embalagens, filtros de óleo, combustível e ar e insumos utilizados nas revisões obrigatórias. Acrescenta, ainda, que 80% dos resíduos gerados pelas concessionárias não são destinados corretamente e, o principal motivo é a falta de conhecimento sobre esses resíduos perigosos, em sua maioria não sabem nem como e nem para onde enviar produtos como óleo usado, graxas, tintas e solventes, filtros, baterias, pneus, pastilhas de freio, dentre outros materiais, classificados como perigosos na NBR 10.004/2004.

No entanto, para Vilas (2009), as concessionárias encontram dificuldades em realizar o tratamento desses resíduos, devido aos seguintes obstáculos:

- a) Localização distante das empresas habilitadas legalmente para destinação final dos resíduos;
- b) Inexistência de opções para sua destinação final em alguns estados;
- c) Algumas empresas não estão legalmente habilitadas para dar destinação final dos resíduos perigosos; e
- d) Falta de conhecimento técnico sobre o assunto.

Porém, este cenário vem sofrendo grandes avanços na busca de minimização dos impactos causados pelas disposições incorretas desses resíduos por parte dessas empresas, pois é alarmante o número de consequências negativas ao ser humano. O governo e empresas já estão investindo cada vez mais em ações socioambientais, pois o próprio mercado se tornou mais exigente quanto às questões ambientais e há algumas leis severas que geram riscos as empresas que se descuidam quanto a essas questões (VILAS, 2009).

De acordo com a revista Dealer (2012), em dezembro de 2011, inaugurou no Brasil a primeira “concessionária verde” representante da linha de caminhões, ônibus e comerciais leves da Iveco. A concessionária inovou no conceito sustentabilidade e foi além dos requisitos exigidos pela legislação. A diretoria da empresa elaborou o projeto da estrutura física para que concessionária pudesse contribuir para a economia de energia, de água e colaborar com o meio ambiente, mesmo a obra se tornando 15% mais cara do que a opção convencional, os empresários acreditaram na ideia e foram adiante. Foi feito uma grande economia dos materiais a serem utilizados na obra, buscando o aproveitamento de cada um deles, as pilastras para concretagem foram feitas todas em papelão e madeira de reflorestamento, as escoras para construção do telhado eram metálicas e reaproveitáveis, eliminando assim o uso de eucalipto, o telhado é chamado “telhado verde”, pois recupera a água da chuva e contribui para redução de 6°C da temperatura ambiente do showroom, sobre a laje foi colocada uma manta asfáltica impermeabilizante, produzida com o reaproveitamento de óleo queimado retirado dos veículos. Essas foram algumas das ideias implantadas pela empresa dentre outras, as quais criaram um grande valor sustentável para o setor.

Segundo o Manual de sustentabilidade no setor automotivo da Uniethos (2012) existe uma grande necessidade de um novo posicionamento de conceitos quanto às questões ambientais na cadeia produtiva do setor automotivo no Brasil, pois as normas e legislações estão estendendo as responsabilidades das empresas quanto às questões sociais e ambientais diretos, indiretos e difusos. O mercado de capitais e o mercado financeiro estão se voltando

para essas questões com maior atenção, pois isso implica diretamente na reputação das empresas, visto que a sociedade e os consumidores estão mais atentos quanto ao processo produtivo e ao uso dos produtos relacionando-os com os impactos sociais e ambientais.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a estrutura metodológica utilizada neste artigo para alcançar os objetivos propostos.

A metodologia utilizada inclui simultaneamente a abordagem qualitativa, com o método de estudo de campo e com as técnicas entrevistas e vistas *in loco*. A pesquisa qualitativa de acordo com Richardson (1999, p. 80):

Pode descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por um grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Minayo e Gomes (2011) acrescentam que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Neste contexto, a pesquisa qualitativa possibilitará conhecer e analisar as estratégias socioambientais utilizadas pela empresa A e B para o gerenciamento de resíduos que criam valor sustentável e como é realizada a destinação final desses materiais.

O método utilizado foi a pesquisa de campo, o qual segundo Prestes (2011, pag. 31) “a pesquisa de campo é aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados investigando os pesquisados no seu meio”.

As técnicas de pesquisa referem-se aos procedimentos que foram utilizados para coletar os dados empíricos durante a realização da pesquisa. Foram realizados através de entrevistas com questionários semi-estruturados e visita *in loco*. Para Cervo, Bervian e Da Silva (2006), a entrevista não é uma simples conversa, pois é preciso ser direcionada para um objetivo específico, recolhendo o máximo de informação para a pesquisa.

Quanto à abordagem da pesquisa a mesma é exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória se dá na fase preliminar, antes de todo o trabalho acontecer, ou seja, serve para investigar o assunto que será abordado, um melhor conhecimento sobre o tema, ajuda a estabelecer os objetivos da pesquisa e pode facilitar o estabelecimento de critérios, métodos e técnicas adequadas. Com a pesquisa descritiva é possível observar, analisar, sem interferência

do pesquisador, ou seja, o mesmo apenas estuda os fenômenos e não os manipula (PRESTES, 2011).

O objeto de estudo desta pesquisa são as estratégias de gerenciamento de resíduos numa concessionária do município de Cacoal.

Com a aplicação da pesquisa na concessionária do município de Cacoal, constatou-se que o gerenciamento dos resíduos sólidos é realizado por empresa terceirizada, localizada no município de Vilhena-RO. Desta forma, visando atender o objetivo proposto, a pesquisa foi ampliada para a empresa terceirizada, com o propósito de verificar como acontece o gerenciamento dos resíduos sólidos após a coleta na concessionária.

Assim, a pesquisa foi realizada em duas empresas, sendo uma do setor automobilístico, no município de Cacoal/RO e a outra do setor de prestação de serviços de gestão ambiental, no município de Vilhena/RO.

Por motivos particulares as empresas não autorizaram a divulgação de suas razões sociais, assim no decorrer do artigo a concessionária de veículos foi denominada de empresa A e a empresa de gestão ambiental, denominada de empresa B.

Neste sentido, este estudo permitiu descrever e explorar quais são as estratégias socioambientais utilizadas pela empresa A e B para o gerenciamento de resíduos.

A coleta de dados nas empresas A e B ocorreu no período de Novembro de 2012 à Janeiro de 2013.

O público alvo desta pesquisa são os gestores e funcionários das empresas A e B, que estão diretamente envolvidos nos processos inerentes ao gerenciamento e destinação final de resíduos.

Quanto à operacionalização da pesquisa, esta ocorreu em duas etapas:

1ª Etapa – entrevistas - foram realizadas 02 entrevistas. Na empresa A ocorreu no dia 10 de novembro de 2012, com o gestor do setor de oficina com duração de 60 minutos. A segunda entrevista foi realizada na empresa B, no dia 04 de janeiro de 2013, com a proprietária da empresa, com duração de 90 minutos. Para a aplicação das entrevistas utilizou-se o roteiro semi-estruturado (Apêndice A e B);

2ª Etapa: Visitas *in loco* – foram realizadas visitas *in loco* no dia 10 de novembro de 2012 na empresa A, acompanhada de dois mecânicos do setor de oficina, para observar como é realizado o processo de gerenciamento dos resíduos e, no dia 04 de janeiro de 2013, na empresa B, acompanhada do encarregado de incinerador para verificar como é realizado o processo de destinação final dos resíduos sólidos.

Os dados coletados foram analisados em categorias permitindo conhecer o processo de gerenciamento de resíduos da empresa A e verificar como é realizado o processo de destinação final dos resíduos na empresa B. Os dados coletados foram confrontados junto à pesquisa bibliográfica e os resultados estão apresentados no capítulo a seguir.

4 ANALISE E DISCUSSÃO

A pesquisa permitiu uma análise sobre a geração, destinação final e estratégias socioambientais de gerenciamento de resíduos em concessionária do município de Cacoal, alcançando por meio desta, os objetivos propostos neste artigo.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada na empresa A do município de Cacoal/RO, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE possui uma população aproximada de 78.574 habitantes e tem como principal fonte de receitas a agropecuária, sendo a indústria a 2º fonte arrecadadora. A frota da cidade é representada em 24% por automóveis (IBGE, 2010). O município de Cacoal/RO conta com 06 (Seis) concessionárias de veículos, sendo estas representantes das marcas Chevrolet, Fiat, Ford, Mitsubishi, Toyota e Volkswagen.

A concessionária de Veículos escolhida para a coleta de dados está instalada no Estado de Rondônia desde 1998, possuindo 04 filiais localizadas nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Já no município de Cacoal, a Concessionária de Veículos foi inaugurada em agosto de 2008, onde vende veículos novos e semi-novos, peças de reposição e também presta serviços de manutenção.

A concessionária de veículos possui uma área construída de aproximadamente 300 m² (divididos em 04 departamentos) e conta com 14 funcionários para o desenvolvimento de suas atividades. A mesma presta serviços de manutenção nos veículos vendidos e, durante esse processo observou-se a geração de uma grande quantidade de resíduos, sendo sólidos e líquidos, que são altamente poluentes. A cadeia produtiva do setor automotivo comporta os resíduos perigosos e não perigosos compreendidos na norma brasileira - NBR 10.004 (2004).

Para o desenvolvimento de suas atividades a concessionária possui uma Licença de Operação Ambiental (LOA), expedida pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM de Rondônia, conforme Decreto nº 7.903 de 01 de julho de 1997.

Mesmo havendo a obrigatoriedade da licença de operação ambiental, a concessionária, considera que a fiscalização do setor público quanto à destinação dos resíduos

não é tão eficiente quanto necessária, pois desde o início de suas atividades a mesma não recebeu nenhuma fiscalização dos órgãos competentes, para verificar se há a correta destinação dos resíduos gerados.

A concessionária considera ainda, que a legislação (Leis ambientais), exige que a mesma tenha responsabilidades ambientais mediante a sociedade, porém o que se pode observar é que, a concessionária age de forma responsável, mais como uma resposta ao mercado que atualmente impulsiona as empresas a serem ambientalmente responsáveis, ou seja, existe uma imagem a ser transmitida aos clientes e fornecedores, que estão cada dia mais exigentes neste sentido, conforme abordado por Tachizawa (2011). A própria marca que a empresa representa, aborda a preservação ambiental em um livreto que acompanha cada um dos veículos vendidos, onde consta o que a fábrica realiza para a preservação do meio ambiente, e dá dicas aos consumidores para que os mesmos também possam utilizar os veículos de forma a dar continuidade na preservação do meio ambiente.

Pode-se constatar que a empresa possui clientes que exigem a comprovação de destinação de resíduos, reforçando ainda mais a necessidade de um eficiente gerenciamento, além do que, a empresa acredita que destinando os resíduos corretamente, a mesma melhora sua imagem institucional perante a sociedade e, acima de tudo preserva o meio ambiente para as gerações futuras, tendo em vista que os resíduos gerados em suas instalações são altamente poluentes, vindo a causar um grande impacto ambiental, caso não haja a destinação correta, conforme conceitos de Dias (2011).

O setor da concessionária onde ocorre a maior geração de resíduos é na assistência técnica, adotando como estratégia de gerenciamento desses resíduos, a terceirização, contratando uma empresa especializada e homologada junto aos órgãos ambientais (Empresa B), para o recolhimento e destinação final dos resíduos sólidos. A concessionária adota o procedimento de separar os resíduos gerados em recipientes adequados, para a posterior coleta. No ato da coleta, a empresa que o faz, emite um documento que comprova o recolhimento e posteriormente emite o certificado, constando que a empresa geradora, esta devidamente regular quanto à destinação dos resíduos sólidos gerados.

De acordo com os registros disponíveis na concessionária, a mesma gera aproximadamente 100kg de resíduos sólidos mensalmente, sendo eles: filtros, estopas e recipientes, onde é possível verificar uma maior quantidade de filtros de óleo. A empresa B que realiza a coleta dos resíduos sólidos recolhe em média duas vezes por mês. A mesma coloca os resíduos em tambores plásticos identificados e fechados dentro de um caminhão furgão para o transporte até a cidade de Vilhena – RO.

A empresa também gera uma grande quantidade de resíduos líquidos, sendo eles: óleo e derivados de óleo. No setor de oficina da concessionária, existe um funil com um galão apropriado e identificado, onde é coletado o óleo adequadamente, conforme figura 1.



Figura 1: Modelo do coletor de Óleo utilizado pela concessionária
Fonte: Portuguese Alibaba (2013)

A concessionária, ainda, realiza a lavagem de peças com tratamento de efluentes, ou seja, é realizada essa lavagem em local apropriado com a destinação da água poluída para a caixa separadora de água e óleo.

A concessionária armazena os resíduos em recipientes separados, sendo o óleo em tambores metálicos apropriados e os demais resíduos em recipientes plásticos.

Foi possível constatar que os resíduos líquidos gerados pela empresa, não recebem a destinação final adequada, pois a empresa vende o óleo recolhido para produtores rurais da região, para que possam utilizar na pintura de currais e palanques de cercas para obter maior durabilidade da madeira e, os resíduos que ficam na caixa separadora de água e óleo são retirados e descartados em terrenos baldios fora da cidade.

Buscando melhor evidência dos resultados alcançados, a figura 2 apresenta os resíduos gerados e o gerenciamento dos mesmos pela concessionária, empresa A.

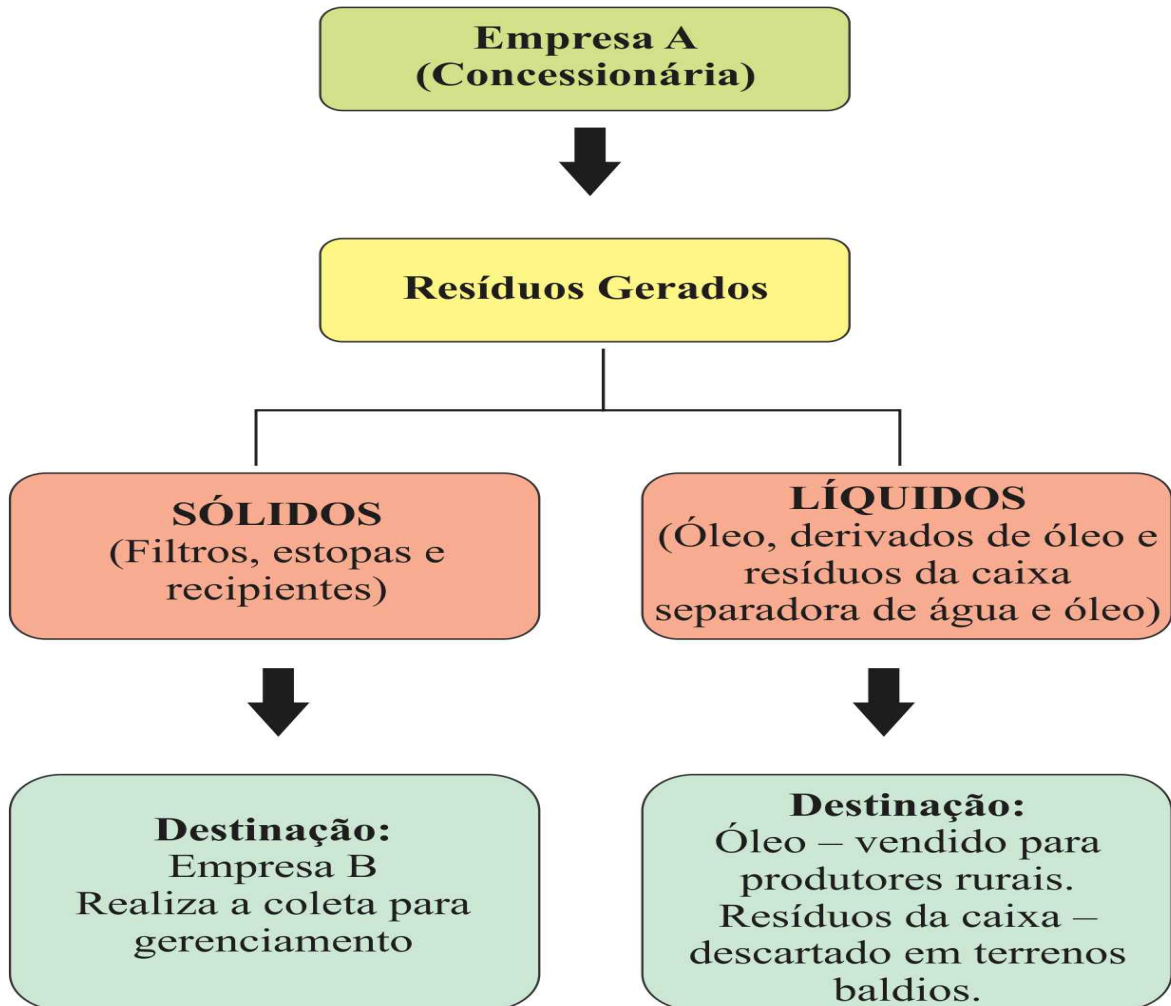


Figura 2: Identificação dos resíduos gerados e gerenciamento na empresa A
Fonte: Elaborado pela autora

Em visita à empresa B, localizada no município de Vilhena – RO, que possui uma população aproximada de 76.202 habitantes, tendo como principal fonte de receitas a agropecuária, sendo a indústria a 2º fonte arrecadadora do município (IBGE, 2010). A empresa B foi inaugurada no município de Vilhena/RO, em 2007, aproveitando uma oportunidade de mercado, visto que a legislação ambiental favorecia o crescimento da necessidade quanto à destinação correta de resíduos por parte das empresas e, como não havia na região nenhuma outra empresa com a mesma atividade. A empresa B realiza a coleta nos municípios de Porto Velho, Candeias, Itapuã, Ariquemes, Jarú, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presidente Médice, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena do Estado de Rondônia.

Os resíduos coletados são resíduos hospitalares e resíduos industriais, na qual abrange todo o Estado de Rondônia, Acre e parte do Mato Grosso, pois é a única empresa na região que realiza esse serviço. Além de realizar a coleta na concessionária citada, a empresa B, também, coleta resíduos sólidos em todas as demais concessionárias e em algumas oficinas multimarcas da cidade de Cacoal, o qual foi possível verificar que são coletados em média 2 toneladas de resíduos mensalmente, só em Cacoal.

A empresa B possui uma área construída de aproximadamente 786 m² e conta com 35 funcionários para o desenvolvimento das suas atividades, que vão do transporte dos resíduos sólidos, incineração e ao gerenciamento dos resíduos metálicos. A mesma tem como missão a preservação dos recursos naturais, ou seja, oferece soluções ambientais voltadas a identificar e minimizar os impactos ambientais, com o compromisso de gerenciar de forma íntegra os resíduos.

De acordo com o quadro 1, é possível observar os tipos de resíduos que são coletados pela empresa B, quais os municípios que a mesma realiza coleta e qual a quantidade coletada mensalmente em Cacoal.

Quadro 1 – Tipos de Resíduos coletados e municípios de abrangência da empresa B

EMPRESA B
Atividade: Prestação de serviços de gestão ambiental.
Inauguração em Vilhena: em 2007.
Área construída: 786 m ²
Resíduos coletados
Hospitalares e industriais.
Realiza coleta em:
Porto Velho, Candeias, Itapuã, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presidente Médice, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Parte do Mato Grosso e Acre.
Quantidade de resíduos coletados em Cacoal/mês
2 toneladas

Fonte: Elaborado pela autora

A empresa possui a Licença de Operação Ambiental (LOA) de Mato Grosso, Acre e Rondônia expedida pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, juntamente com a Licença do Ibama (Cadastro Técnico Federal), ANGEVISA (Alvara Sanitário Estadual) e está em fase de implementação da ISO 14001, que aborda diretamente o

sistema de gestão ambiental (SGA) quanto a especificações para implantação e guia conforme abordado por Pearson (2011).

A empresa conta com algumas Resoluções e Lei que norteiam sua atividade, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Lei e Resoluções

Lei e Resoluções	Dispõe sobre:
Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Resolução CONAMA Nº 316, de 29/10/2002	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.
Resolução CONAMA Nº 358, de 29/04/2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos Resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
Resolução CONAMA Nº 313, DE 29/10/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais

Fonte: Moura e Paz, 2012.

De acordo com a pesquisa realizada foi possível verificar que, quando a empresa iniciou suas atividades, houve grandes dificuldades no sentido de aceitação dos empresários, pois os mesmos estavam habituados a descartar os resíduos de forma incorreta e, como a destinação correta traria um custo, a implementação da ideia de empresas ambientalmente corretas foi um tanto quanto difícil.

Neste contexto a empresa considera que a fiscalização do setor público nesta área, não é tão eficiente quanto deveria. Quando a empresa iniciou suas atividades, as secretárias responsáveis por esta área, não estavam preparadas para desenvolver uma fiscalização eficiente, pois não possuíam veículos para execução dos serviços, não tinham técnicos adequados para a área e nem mesmo fiscais para agir com eficácia no assunto. Atualmente, a empresa considera que o setor público está começando a se adequar, mas ainda não é totalmente em condições.

Mediante a Lei 12.305, de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa notou que a legislação foi o que pesou para a tomada da consciência ambiental por parte dos empresários, ou seja, a necessidade bateu a porta, porém posteriormente, os empresários aproveitaram a ideia e inseriram uma abordagem voltada para

o “*marketing verde*”, unindo a obrigatoriedade com uma imagem de empresa ambientalmente correta, conforme salienta Nascimento, Lemos e Mello, (2008). Todavia a empresa acredita que a necessidade está em primeiro lugar.

O principal objetivo da empresa é coletar, transportar e incinerar os resíduos, onde o processo desenvolvido para destinação de resíduos está quase 100% centralizado na incineração, porém quando se trata de metais, a mesma realiza o gerenciamento, enviando os mesmos para lugares adequados, no São Paulo ou Minas Gerais, onde é feita a reciclagem.

Durante o processo de incineração, é utilizada água para lavagem dos gases produzidos. Foi possível verificar que essa água passa por tratamento, a empresa adotou a estação de tratamento de água Reuso, na qual a mesma é tratada de 86% à 95%. O processo trata em torno de 800 Lts/hora, para a reutilização no próprio incinerador e para regar o jardim da empresa. A cada três meses a empresa coleta uma amostra da água e envia para uma empresa localizada em Cuiabá, a mesma é especializada para analisar se o sistema de tratamento está sendo eficiente na medida necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar os resíduos gerados em uma concessionária de automóveis e quais as estratégias socioambientais adotadas para o gerenciamento desses resíduos, uma vez que esses resíduos quando dispostos no meio ambiente de maneira inadequada podem causar grandes impactos ambientais.

Mediante a pesquisa realizada, foi possível identificar esses resíduos e qual a destinação que a concessionária têm adotado para os mesmos. Pode-se constatar que de acordo com as normas e resoluções vigentes quanto à destinação correta de resíduos, a empresa tem realizado parte da destinação corretamente (resíduos sólidos), havendo uma deficiência quanto a destinação de alguns resíduos como o óleo e os resíduos acumulados na caixa separadora de água e óleo.

A pesquisa permitiu verificar que a concessionária, empresa A, terceiriza o gerenciamento de resíduos sólidos para uma empresa especializada, localizada no município de Vilhena-RO. Por meio de entrevista e visita *in loco* junto à empresa terceirizada, empresa B, foi possível verificar que a mesma atende os procedimentos exigidos pela legislação de maneira ambientalmente responsável, deixando evidente que é colocado em prática o

conhecimento e a consciência que os gestores da empresa possuem quanto as questões ambientais.

De acordo com os entrevistados, os maiores problemas no que se refere às questões ambientais, está na deficiência de fiscalização da cadeia produtiva das empresas até o descarte dos resíduos gerados. Percebe-se que é necessária uma fiscalização mais rigorosa nas empresas que geram resíduos poluidores, pois ainda que a consciência ambiental tenha tomado uma dimensão coletiva, algumas empresas não se adequaram as normas e leis vigentes, ou se adequaram em partes, como foi possível constatar na empresa pesquisada.

Com uma fiscalização mais eficiente e eficaz acredita-se que é possível chegar a um nível mais elevado de não poluição. Investimentos que visem educação ambiental voltada para as empresas de pequeno à grande porte, também podem ajudar na expansão do conhecimento e numa maior conscientização por parte dos gestores.

Conclui-se que a temática preservação ambiental vai muito além da superficialidade que milhares de pessoas possuem sobre o assunto. Apesar de existir inúmeras normas, Leis, resoluções e estratégias ambientais, que estão voltadas para a preservação do meio ambiente, somente é possível obter um conhecimento mais amplo, mediante um estudo mais aprofundado das mesmas, havendo assim maior possibilidade de implantação de sistema de gestão ambiental nas organizações com maior eficiência e eficácia.

Como sugestão para trabalhos futuros propõem-se a realização de estudos que busquem verificar se as demais concessionárias do município de Cacoal realizam a destinação correta dos resíduos sólidos e, principalmente dos resíduos líquidos, buscando identificar qual o custo que as mesmas possuem para fazer a destinação e quais os procedimentos adotados em todo o processo de gerenciamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jose de Lima; OLIVEIRA, Célia Vicente de. Economia e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, Jose de Lima. (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Isaac; FERREIRA, Nilson. **Gestão de óleo lubrificante automotivo usado**. Disponível em:

<http://wwwapp.sistemafiergs.org.br/portal/page/portal/sfiergs_senai_uos/senairs_uo697/proximos_cursos/Apresenta>. Acesso em 31 mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 10.004: Resíduos sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR-9800: critérios para lançamento de efluentes líquidos industriais no sistema coletor público de esgoto sanitário**. Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 189º da independência e 122º da república.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005. **Recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado**. Brasil, 2005.

DEALER. Iveco inaugura concessionária verde. São Paulo: Fenabreve, n. 33, fev. / mar. 2012. p. 56.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTY, Daniel C; WINSTON, Andrews S. **O verde que vale ouro: como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FERREIRA, Liliane Claudino. **Produção mais limpa no plano gerenciamento de resíduos sólidos em empresas de reparação de veículos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2009.

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal. **Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática**. Rev. **Floresta**, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/viewArticle/4623>>. Acesso em: 18 Jul. 2012.

HOFF, Gustavo Gomes. **Estudo sobre a gestão de resíduos sólidos em fornecedores de peças usadas para a Dana Albarus**. Dissertação (Mestrado em Qualidade Ambiental) - Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Instrução Normativa nº 31 de 03 de dezembro de 2009. Disponível em: < http://www.ibama.gov.br/phocadownload/Qualidade_Ambiental/in%2031_2009.pdf >. Acesso em 08 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=110030#>>. Acesso em 24 fev. 2013.

INSTITUTO ETHOS. Empresas e responsabilidade social. In: Conferência internacional, São Paulo, 2005.

INSTITUTO ETHOS; INSTITUTO AKATU. **O consumidor brasileiro e a sustentabilidade**: atitudes e comportamentos frente ao consumo consciente, percepções e expectativas sobre a RSE. São Paulo: Corset, 2010.

LANGANKE, Roberto. **O que são resíduos?**. Disponível em: <http://eco.ib.usp.br/lepac/conservacao/ensino/lixo_residuos.htm> Acesso: 13 abr. 2013.

MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Élen B. A. V.; BONELLI, Cláudia M. C. **Meio ambiente, poluição e reciclagem**. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento Sustentável**. Viver Consciente, 2008. Disponível em: <http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=76&codigo_categoria=9>. Acesso: 02 Jul. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social**. 30ª ed. São Paulo: Vozes, 2011.

MOURA E PAZ LTDA ME. Direcionamentos. Disponível em: <www.mouraepaz.com.br>. Acesso em 10 abr. 2012.

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica**. São Paulo: Artmed, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA PADRONIZAÇÃO - ISO. **Normas de sistema de gestão**. Disponível em: <<http://www.iso.org/home/standards/management-standards/iso14000.htm>>. Acesso em 27 jun. 2012.

PEARSON, Educacion do Brasil. **Gestão ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Geração de resíduos industriais e controle ambiental**. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/saber/josealmirfinal.pdf>> Acesso em 18 abr. 2013.

PORTUGUESE ALIBABA. **Produtos**. Disponível em: <<http://portuguese.alibaba.com/product-gs/30l-8-gallon-waste-oil-drain-tank-562124018.html>> Acesso em 20 mar. 2013.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção conhecimento científico**, 4ª ed. São Paulo: Rêspel, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RONDÔNIA. Decreto nº 7.903, de 01 de julho de 1997. Regulamenta Lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria da qualidade do meio ambiente no Estado. Rondônia.** 1997.

SANTOS, Solidia Elizabeth do; ANDREOLI, Cleverson; V.SILVA, Christian L. da. **AS organizações e o desenvolvimento sustentável.** 2012. Disponível em:

<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/iiseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_26.pdf> Acesso em 17 jul. 2012.

SANTOS, Mário Augusto dos. **Empresas, meio ambiente e responsabilidade social – Um olhar sobre o Rio de Janeiro.** Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e economica.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SENHORAS, Eloi Martins; DIAS, Josimara Martins. **Têndencias da industria automotiva brasileira: um Estudo do Caso FIAT.** 12f. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011. Disponível em< <http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/223.pdf> > Acesso em 28 Jul. 2012.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNIETHOS. Manual de Sustentabilidade no Setor Automotivo. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.siteuniethos.org.br/wp-content/uploads/2009/10/1_UNIETHOS_auto_bx1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

VILAS, Luiz Henrique Lopes. **Em Busca de Negócios mais Sustentáveis.** In: DEALER, **Publicação Bimestral da Fenabrave – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores.** Ano 3, edição 18, novembro dezembro 2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EMPRESA A**1. Identificação da empresa**

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Cidade: Cacoal Estado: RO CEP:

Fone:

Email:

Representando legal:

Principais atividades / Operações:

Nº de funcionários:

Área Física (m2):

Horário de Funcionamento:

- 1) A empresa acredita que a fiscalização do setor público é eficiente no cumprimento da legislação ambiental? Por quê?
- 2) Considera que é mais importante a legislação ou as exigências do mercado de certificação ambiental? Por quê?
- 3) A empresa possui certificação ambiental? Qual?
- 4) Qual o procedimento desenvolvido pela empresa para um eficiente gerenciamento de resíduos?
- 5) O gerenciamento de resíduos sólidos desenvolvido pela empresa contribui em que aspectos para o meio ambiente?
- 6) A empresa acredita que um bom sistema de gerenciamento de resíduos é importante para melhorar a imagem institucional da empresa no mercado? Por quê?
- 7) Quais são os tipos de resíduos gerados pela empresa?
- 8) Qual a quantidade de resíduos gerados mensalmente pela empresa?
- 9) Em que setor há maior geração de resíduos?
- 10) A empresa possui coletor de óleo? De que tipo?

- 11) Realiza lavagem de peças?
- 12) Possui tratamento de efluentes?
- 13) A destinação final dos resíduos é realizada pela própria empresa ou é terceirizada?
- 14) Existem registros dos resíduos gerados ou destinados? Quais?
- 15) Como é feita a destinação dos resíduos gerados?
- 16) Qual o custo que a empresa possui para destinação dos resíduos?
- 17) A empresa possui clientes ou fornecedores que exigem a destinação desses resíduos?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - EMPRESA B**1. Identificação da empresa**

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Fone: ()

Email:

Representante legal:

Principais atividades / Operações:

Nº de funcionários:

Área Física (m2):

Horário de Funcionamento:

- 1) A empresa acredita que a fiscalização do setor público é eficiente no cumprimento da legislação ambiental? Por quê?
- 2) Considera que é mais importante a legislação ou as exigências do mercado de certificação ambiental? Por quê?
- 3) A empresa possui certificação ambiental? Qual?
- 4) Qual o processo desenvolvido pela empresa na destinação de resíduos?
- 5) Que técnicas a empresa possui para essa destinação?
- 6) Quais os resíduos que a empresa coleta?
- 7) A empresa coleta resíduos em outras concessionárias de Cacoal ou apenas na empresa citada? Quais?
- 8) Qual a quantidade de resíduos coletados mensalmente?
- 9) Quais os municípios na qual a empresa realiza coleta?